



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00003811/2020e

Processo n.º: 00600-00003811/2020-46e

Apenso n.ºs: 00600-00003972/2020-30e¹

00600-00004600/2020-21e²

00600-00006425/2020-14e³

Origem: Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília – TCB

Assunto: Licitação

Ementa: Pregões Eletrônicos n.ºs 03/2020, 04/2020, 05/2020, 06/2020, 07/2020, 08/2020 e 09/2020 (este último, do processo apenso), deflagrados pela Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília – TCB, tendo por objeto a contratação de empresa especializada em prestação de serviço de Transporte Escolar para diversas regiões do Distrito Federal, conforme especificações e condições estabelecidas nos respectivos Termos de Referência. Data prevista para abertura dos certames: 29.07.2020 (PEs 03/2020, 04/2020, 05/2020, 06/2020, 07/2020 e 08/2020) e 03.08.2020 (PE 09/2020 – processo apenso). Valores estimados (30 meses): PE 03/2020 – R\$ 51.007.885,50; PE 04/2020 – R\$ 27.991.341,84; PE 05/2020 – R\$ 5.919.107,04; PE 06/2020 – R\$ 47.916.627,00; PE 07/2020 – R\$ 35.745.910,20; PE 08/2020 – R\$ 15.775.689,60 e PE 09/2020 (processo apenso) – R\$ 33.713.958,30. Análise do edital. Manifestação da unidade instrutiva. Fato superveniente: publicação, no DODF de 28.07.2020, dos avisos de adiamento da abertura dos PEs 03/2020, 04/2020, 05/2020, 06/2020, 07/2020 e 09/2020-TCB para o dia 18.08.2020, com alteração⁴ dos valores estimados de cada certame. Despacho Singular n.º 479/2020 – GCIM, em harmonia com a instrução, com acréscimos, no sentido de: tomar conhecimento da documentação carreada ao feito; determinar à Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília – TCB, com fulcro no art. 87, § 3º, da Lei n.º 13.303/2016 c/c o art. 277, “caput”, do RI/TCDF, que suspenda cautelarmente os Pregões Eletrônicos n.ºs 03/2020, 04/2020, 05/2020, 06/2020, 07/2020, 08/2020 e 09/2020, até ulterior deliberação plenária, para que promova a correção das impropriedades relacionadas, encaminhando ao Tribunal a documentação comprobatória da regularização, no prazo de 10 (dez) dias, ou apresente as devidas justificativas; ratificar a apensação do Processo n.º 00600-00003972/2020-30 aos presentes autos, dada a similaridade dos objetos a serem contratados; e autorizar (a) o envio de cópia deste Despacho Singular à TCB e diretamente ao pregoeiro responsável pela condução dos certames, para subsidiar o cumprimento das referidas diligências, (b) a juntada de cópia deste Despacho Singular ao Processo n.º 00600-00003404/2020-39, que trata do PE nº 02/2020 – TCB, para verificação do saneamento da falha apontada no item “II-d” anterior no edital daquele certame, e (c) o retorno dos autos à Sespe/TCDF, para os devidos fins. Submissão do feito ao Plenário, para ratificação do Despacho Singular n.º 479/2020 – GCIM, nos termos do art. 277, § 1º, do RI/TCDF. Decisão n.º 3.032/2020: referendo do Despacho Singular n.º 479/2020 – GCIM. Licitações

¹ O Processo Apenso n.º 00600-00003972/2020-30e será identificado pelo símbolo “*” e trata do PE 09/2020 – TCB.

² Processo autuado para congregar os esclarecimentos prestados pela TCB acerca das diligências contidas no Despacho Singular n.º 479/2020 – GCIM, referendado pela Decisão n.º 3.032/2020.

³ Processo autuado para congregar os esclarecimentos prestados pela TCB acerca das diligências contidas na Decisão n.º 3.836/2020.

⁴ PE 03/2020 – R\$ 40.772.373,84; PE 04/2020 – R\$ 20.628.881,30; PE 05/2020 – R\$ 6.241.972,76; PE 06/2020 – R\$ 39.012.388,80; PE 07/2020 – R\$ 27.543.035,52; e PE 09/2020 (processo apenso) – R\$ 33.929.523,72.

O PE 08/2020, que não sofreu alteração de data, foi estimado em R\$ 15.775.689,60.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHOProc.: 00600-
00003811/2020e

suspensas. Ingresso de pedido de dilação de prazo por 03 dias formulado pela TCB para cumprimento das diligências. Despacho Singular n.º 507/2020 – GCIM: concessão. Encaminhamento de informações pela TCB. Decisão n.º 3.836/2020: tomar conhecimento das justificativas apresentadas pela TCB; considerar, com relação ao item II do Despacho Singular n.º 479/2020 – GCIM, referendado pela Decisão n.º 3.032/2020, (a) improcedentes as justificativas apresentadas em relação às alíneas “a”, “c”, e “d” e (b) parcialmente procedente as alegações em relação à alínea “b”, exceto em relação aos PE n.ºs 03/2020 e 06/2020; determinar à TCB, com fulcro no art. 87, § 3º, da Lei n.º 13.303/2016, que mantenha suspenso os Pregões Eletrônicos n.ºs 03/2020, 04/2020, 05/2020, 06/2020, 07/2020, 08/2020 e 09/2020, até ulterior deliberação plenária, a fim de efetivar as providências indicadas, no prazo de 10 (dez) dias; e autorizar (a) o envio de cópia do Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser adotada à TCB, (b) a juntada de cópia desta decisão aos Processos n.ºs 00600-00003404/2020-39-e, que trata do PE n.º 02/2020 – TCB, e 00600-00005315/2020-27-e, que trata dos PEs n.ºs 11/2020 a 13/2020 – TCB, para verificação do saneamento da falha apontada nos editais daqueles certames e (c) o retorno dos autos à Sespe/TCDF. Encaminhamento de informações pela TCB. Decisão n.º 5.330/2020: conhecimento das justificativas e expedientes apresentadas pela TCB, em relação às diligências contidas na Decisão n.º 3.836/2020; considerou, em relação ao item III da Decisão n.º 3.836/2020, atendidas as diligências constantes do “caput” e das alíneas “c” e “d” e superadas as determinações constantes das alíneas “a” e “b”; revogou a medida cautelar constante do item III, “caput”, da Decisão n.º 3.836/2020, autorizando a TCB a dar continuidade aos pregões eletrônicos que buscam a contratação da prestação de serviço de transporte escolar para diversas regiões do Distrito Federal, condicionado ao cumprimento integral dos ajustes noticiados no Ofício n.º 578/2020 - TCB/PRES, à exceção da medida indicada no item IV do referido expediente; determinação de envio ao Tribunal de cópia da versão revisada do edital (e anexos), bem como das respectivas planilhas, tão logo seja republicado o aviso de prosseguimento dos certames; emissão de alerta à TCB quanto à necessidade de adotar as medidas cabíveis a fim de “implantar um Centro de Controle Operacional - CCO, com as ferramentas necessárias para auxiliar no efetivo acompanhamento dos percursos, da quilometragem realizada e de outros controles relevantes da operação”; autorização da juntada de cópia da decisão ao Processo n.º 00600-00005315/2020-27-e, que trata dos PEs n.ºs 11/2020 a 13/2020 – TCB, para adoção das medidas cabíveis; do envio de cópia do relatório/voto do Relator e da decisão à TCB, a fim de subsidiar o atendimento das diligências constantes dos itens III e IV; e retorno dos autos à Sespe/TCDF. Ingresso de Representações formuladas pela Associação das Empresas de Transporte Escolar de Brasília – ASSETEB/DF, indicando possíveis irregularidades nos editais dos Pregões Eletrônicos n.ºs 02/2020, 03/2020, 04/2020 e 06/2020 – TCB. Decisão n.º 1/2021: conhecimento das representações oferecidas pela Associação das Empresas de Transporte Escolar de Brasília – ASSETEB/DF, determinação à TCB e ao pregoeiro para que apresentem, com fulcro no art. 230, § 7º, do RI/TCDF, no prazo de 10 dias, os esclarecimentos quanto ao teor das representações supracitadas; abertura do prazo de 15 dias para que o subscritor das representações encaminhe ao Tribunal procuração específica que o legitime nos feitos em exame; envio de cópia da representação, do relatório/voto do Relator e da decisão à TCB e ao pregoeiro, a fim de subsidiar o atendimento da medida fixada no item II; envio de cópia da decisão ao representante para o cumprimento do item III; juntada de cópia da decisão ao Processo TCDF n.º 00600-00003404/2020-39, para

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHOProc.: 00600-
00003811/2020e

verificação do mérito dos quesitos relacionado ao Pregão Eletrônico n.º 02/2020; ciência da decisão à representante; e retorno dos autos à Sespe/TCDF, para os devidos fins. **Nesta fase:** análise de cumprimento de diligência e de mérito da representação. Unidade instrutiva propõe: tomar conhecimento dos expedientes encaminhados pela TCB; considerar (a) cumpridas as diligências constantes no item II da Decisão n.º 1/2021 e não cumprida a diligência do item III do mesmo “*decisum*”, (b) no mérito, parcialmente procedentes as alegações contidas na Representação apresentada pela Associação das Empresas de Transporte Escolar de Brasília – ASSETEB e (c) satisfatórias as providências adotadas pela TCB em relação aos pregões eletrônicos em referência; dar ciência da decisão a ser adotada à TCB e à entidade Representante; e autorizar o retorno dos autos à Sespe/TCDF, para fins de arquivamento. MPjTCDF aquiesce às sugestões, por fundamento diverso. VOTO convergente com o órgão instrutivo, com acréscimos.

RELATÓRIO

Tratam os autos do exame dos editais dos Pregões Eletrônicos n.ºs 03/2020, 04/2020, 05/2020, 06/2020, 07/2020, 08/2020 e 09/2020⁵, deflagrados pela Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília – TCB, tendo por objeto (comum a todos) a contratação de empresa especializada em prestação de serviço de Transporte Escolar, conforme especificações e condições estabelecidas nos respectivos Termos de Referência, Anexo ao Edital, e seus Encartes.

As contratações almejadas referem-se às seguintes localidades: PE 03/2020 – Região “D” (Guará/Estrutural); PE 04/2020 – Região “H” (Taguatinga); PE 05/2020 – Região “N” (Samambaia); PE 06/2020 – Região “F” (Sobradinho); PE 07/2020 – Região “I” (Brazlândia); PE 08/2020 – Região “K” (Recanto das Emas); e PE 09/2020 – Região “A” (Plano Piloto/Cruzeiro).

Após algumas deliberações, esta Corte de Contas exarou, por unanimidade⁶, a **Decisão n.º 5.330/2020** (e-DOC E31CD250-e), de 09.12.2020, com o seguinte teor:

“I – tomar conhecimento: a) das justificativas apresentadas pela Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília – TCB, em relação às diligências contidas na Decisão n.º 3.836/2020, disponibilizadas no Processo Apenso n.º 00600-00006425/2020-14; b) das cópias digitais dos Processos SEI n.ºs 00095-00000420/2020-81, 00095-00000424/2020-60, 00095-00000422/2020-71, 00095-00000423/2020-15, 00095-00000417/2020-68 e 00095-00000467/2020-45, alusivos aos PEs n.ºs 03/2020, 04/2020, 05/2020, 06/2020, 07/2020 e 08/2020 (e-DOCs A87B10AF-e, A78BD98D-e, E46A86E6-e, E7539C42-e, 3E1BE4CD-e e 4EC5A5C6-e, respectivamente); c) das planilhas juntadas aos autos na forma de documento associado; d) da Informação n.º 207/2020 – DIFLI (e-DOC 33E53126-e); e) do Parecer n.º 1033/2020-G2P (e-DOC

⁵ Processo Apenso n.º 00600-00003972/2020-30e.

⁶ Presidiu a sessão, durante o julgamento deste processo, o Vice-Presidente, Conselheiro MÁRCIO MICHEL. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU e PAIVA MARTINS. Participou o representante do MPjTCDF, Procurador-Geral MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA. Ausente a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO. O Conselheiro RENATO RAINHA deixou de atuar nos autos, com fundamento no art. 153, §1º, do RI/TCDF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00003811/2020e

31551C59- e); f) do Ofício n.º 578/2020 - TCB/PRES (e-DOC 7C8F6E5B-c), contendo “os ajustes que serão promovidos nos processos licitatórios”; II – considerar, com relação ao item III da Decisão n.º 3.836/2020: a) atendidas as diligências constantes do “caput” e das alíneas “c” e “d”; b) superadas as determinações constantes das alíneas “a” e “b”; III – **revogar a medida cautelar constante do item III, “caput”, da Decisão n.º 3.836/2020, autorizando a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília – TCB a dar continuidade aos pregões eletrônicos que buscam a contratação da prestação de serviço de transporte escolar para diversas regiões do Distrito Federal, condicionado ao: a)** cumprimento integral dos ajustes noticiados no Ofício n.º 578/2020 - TCB/PRES, à exceção da medida indicada no item IV do referido expediente; **b)** envio a este Tribunal de cópia da versão revisada do edital (e anexos), bem como das respectivas planilhas, tão logo seja republicado o aviso de prosseguimento dos certames; **IV – alertar a TCB quanto à necessidade de adotar as medidas cabíveis a fim de “implantar um Centro de Controle Operacional - CCO, com as ferramentas necessárias para auxiliar no efetivo acompanhamento dos percursos, da quilometragem realizada e de outros controles relevantes da operação”;** V – autorizar: a) a juntada de cópia desta decisão ao Processo n.º 00600-00005315/2020-27-e, que trata dos PEs n.ºs 11/2020 a 13/2020 – TCB, para adoção das medidas cabíveis; b) o envio de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão à TCB, a fim de subsidiar o atendimento das diligências constantes dos itens III e IV; c) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização Especializada – Sespe/TCDF, para os devidos fins.” (grifos nossos)

No dia 13.01.2021, a Associação das Empresas de Transporte Escolar de Brasília – ASSETEB/DF protocolou Representações apontando possíveis irregularidades nos editais dos Pregões Eletrônicos n.ºs 02/2020⁷ (objeto do Processo n.º 00600-00003404/2020-39-e), 03/2020⁸, 04/2020⁹ e 06/2020¹⁰, conduzidos pela Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília – TCB.

Na Sessão Ordinária n.º 5.239, de 20.01.2021, o Plenário do Tribunal prolatou a **Decisão n.º 1/2021** (e-DOC BF9B5267-e), nestes termos:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: **I – conhecer das representações oferecidas pela Associação das Empresas de Transporte Escolar de Brasília – ASSETEB/DF, inscrita no CNPJ nº 28.193.760/0001-81, apontando possíveis irregularidades nos editais dos Pregões Eletrônicos n.ºs 06/2020, 04/2020 e 03/2020 (e-docs 497EF21C-e, 2215370B-e e FB337406-e, acostadas às Peças 74, 77 e 80, respectivamente), bem como do Pregão Eletrônico nº 02/2020 – TCB (e-docs 9FC643B1-e e 4C2EB502-e, peças 83 e 86, respectivamente), conduzidos pela Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília – TCB; II – determinar à TCB e ao pregoeiro que, com fulcro no art. 230, § 7º, do RI/TCDF, apresentem, no prazo de 10 (dez) dias, os esclarecimentos quanto ao teor das representações**

⁷ e-DOCs 9FC643B1-e e 4C2EB502-e.

⁸ e-DOC FB337406-e.

⁹ e-DOC 2215370B-e.

¹⁰ e-DOC 497EF21C-e.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00003811/2020e

supracitadas; III – abrir prazo de 15 (quinze) dias para que o subscritor das representações encaminhe ao Tribunal procuração específica que o legitime nos feitos em exame; IV – autorizar: a) o envio de cópia da representação, do relatório/voto do Relator e desta decisão à TCB e ao pregoeiro, a fim de subsidiar o atendimento da medida fixada no item II precedente; b) o envio de cópia desta decisão ao representante para o cumprimento do item III; c) a juntada de cópia desta decisão ao Processo TCDF nº 00600-00003404/2020-39, para verificação do mérito dos quesitos relacionado ao Pregão Eletrônico nº 02/2020; d) a ciência desta decisão à representante, informando-lhe que as futuras tramitações dos autos em exame poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDFPush (www.tc.df.gov.br - Espaço do Cidadão - Acompanhamento por email); e) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização Especializada, para os devidos fins.”
(grifei)

Em cumprimento ao disposto no item II da Decisão n.º 1/2021, a jurisdicionada encaminhou o Ofício n.º 86/2021 – TCB/PRES (e-DOC C025FDB3-c), contendo as justificativas elaboradas pelas áreas técnicas da empresa, e o Ofício n.º 32/2021 – TCB/PRES (e-DOC 337BC013-c), com considerações adicionais acerca dos cálculos para remuneração de frota, de instalações, de máquinas e equipamentos, de almoxarifado e de depreciação da frota.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE INSTRUTIVA

A unidade instrutiva, por meio da Informação n.º 43/2021 – DIFLI (e-DOC DE26F8A6-e), após contextualizar o feito, examinou os esclarecimentos prestados pela TCB, da seguinte forma:

“5. Apresentaremos, na sequência, descrição resumida dos aspectos de maior relevância contidos na documentação encaminhada.

6. Em relação ao primeiro tópico tratado na Representação, que versou sobre a existência de supostos vícios na planilha de composição de custos dos Editais que foram objeto da Representação em apreço que poderiam prejudicar a concorrência e o equilíbrio dos contratos, a TCB alegou que os estudos realizados para elaboração das Planilhas de Custos foram concebidos levando-se em consideração: (a) o Manual de Cálculo de Tarifas de Ônibus Urbanos - Instruções Práticas Atualizadas, elaborado em 1996, pela extinta Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - GEIPOT, órgão subordinado ao Ministério dos Transportes; (b) o Manual de Cálculo Tarifário, elaborado em 2007, pela Agência de Transportes Terrestres - ANTT; (c) o Manual Custos dos Serviços de Transporte Público por Ônibus, elaborado em 2018, pela Associação Nacional dos Transportes Públicos - ANTP e; (d) Resolução n.º 4.618, publicada no DODF em 18 de maio de 1995, elaborada a partir de estudos realizados pelo Conselho de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - CTPC/DF. Nessa Resolução, foram determinados os coeficientes básicos de consumo em regime de eficiência, para a composição da planilha de custos por quilômetro para o Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00003811/2020e

7. A planilha de custos por quilômetro, de forma geral, seria composta pelos Coeficientes Básicos de Consumo e Preço dos Insumos, para cada centro de custo; pelos Parâmetros Operacionais; Impostos e Tributos; Encargos Sociais e, os propriamente ditos, Custos por Quilômetro, de cada um dos insumos, e do Custo por Quilômetro Total.

8. Nesse sentido, a planilha de custos por quilômetro aprovada pela Equipe de Transição do Transporte Escolar e utilizada para a realização dos certames licitatórios não representaria os valores dos custos realizados das operadoras do Serviço de Transporte Complementar Escolar do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STCE do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF, e, sim, os valores em um suposto regime de eficiência, conforme preconiza a Resolução nº 4.618/95, elaborada pelo Conselho de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - CTPC/DF.

9. Especificamente quanto ao “coeficiente básico de consumo de combustível”, de 0,3333 litros/km, considerado insuficiente pela ASSETEB, a TCB alegou que tal indicador teria sido corroborado pelo TCDF na Decisão nº 5330/2020, com base na análise efetivada na Informação nº 207/2020 – DIFLI, na qual foi considerada razoável a estimativa adotada e, assim sendo, não haveria necessidade de modificação na estimativa adotada.

10. No tocante ao tópico “vida útil dos pneus” ressaltou-se que não foram verificadas objeções pelo Tribunal quanto ao valor informado de 60.000 km e que a solicitação de alteração da vida útil para 55.000 km não seria acatada.

11. Outro tópico abordado na Representação foi o Fator de Utilização - FU de motorista e monitor da ordem de 1,05 por veículo e o de pessoal de administração, estabelecido em 0,3230, por veículo, considerados baixos pela ASSETEB. A TCB alegou que essa questão teria sido amplamente discutida e aprovada pela Equipe de Transição e que o TCDF não teria questionado tais definições, razão pela qual o pleito da ASSETEB não seria acatado.

12. No que toca aos subitens 9.1, 9.2 e 10.1 do Edital, referentes à taxa de desconto para os insumos “Depreciação da Frota”, “Remuneração da Frota”, e “Remuneração de Instalações”, a TCB alegou que, atendendo à determinação do Tribunal, contida na Decisão nº 5.330/2020, o Edital foi alterado da seguinte forma: no primeiro caso, o percentual subiu de 20% para 40% (subitem 9.1). Na situação seguinte, houve redução no percentual de 12% para 6% (subitem 9.2), o mesmo ocorrendo em relação ao subitem 10.1. Acrescentou-se em relação a esses subitens que o correspondente Pedido de Impugnação foi encaminhado para o Tribunal para análise e ratificação da citada Decisão.

13. Em relação ao item 11 do Edital, que tratou do coeficiente básico de consumo referente ao insumo “Remuneração de Almoxarifado”, a TCB relatou que o percentual de 3% definido no Edital é igual ao coeficiente informado na Resolução nº 4.618/95 – CTPC/DF e, por essa razão, o pedido de impugnação foi negado.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00003811/2020e

14. Com relação ao questionamento da ASSETEB relativo à quilometragem mensal atribuída a cada um dos Editais, a TCB informou que os quantitativos foram ratificados pela Diretoria de Transporte Escolar da SEE/DF.

15. Quanto ao pedido de impugnação referente à quilometragem anual, calculada a partir da quilometragem diária, proporcional ao período em que a frota seria efetivamente utilizada, pleiteada pela ASSETEB, a TCB alegou que o pleito foi indeferido, pois nesse caso seria necessária reconfiguração de todos os coeficientes básicos de consumo, no que tange ao prazo de operação de transporte e, utilizando tal premissa, as alterações de prazo pleiteadas seriam irrelevantes ao resultado final dos custos por quilômetro da operação de transporte.

16. No que diz respeito ao preço dos insumos, a TCB concordou parcialmente com o pleito da ASSETEB quanto à defasagem de alguns preços estimados, já que a pesquisa de preços teria sido realizada em setembro de 2020. Contudo, esclareceu que como não houve tempo hábil para a finalização de novas pesquisas. Isso não traria prejuízo ao certame, pois os valores informados pelas empresas no pregão eletrônico poderão ser maiores que os estimados pela TCB, tendo por base o mês de janeiro de 2021.

17. Especificamente em relação ao valor da cesta básica, situação essa questionada pela ASSETEB, prevaleceu a mesma situação descrita no item anterior, já que, em razão da defasagem temporal, alguns preços considerados ficaram defasados, sendo admitida por ocasião da realização do pregão a sua majoração, tomando como base os preços vigentes em janeiro de 2021. Nesse caso, a TCB concordou, parcialmente, com o pedido de impugnação.

18. Em relação ao valor do Vale Transporte, questionado pela ASSETEB, a TCB relatou que tal estimativa deverá ser definida a partir do valor da tarifa integrada, de R\$ 5,50 para ida e R\$ 5,50 para volta, totalizando R\$ 11,00. Desse valor, deverá ser descontado 6% da média dos salários-base de motorista, monitor e pessoal administrativo, sendo que o funcionário deverá arcar com essa despesa. Frisou-se que o valor proposto pela ASSETEB para esse item estaria superestimado, devendo ser descontado os referenciados 6% da cota do funcionário da empresa, sendo tal pedido de impugnação indeferido.

19. As conclusões apresentadas pela TCB acerca dos pleitos da ASSETEB estão consubstanciadas no Despacho TCB/PRES/ULC, de 01/02/2021, fl.20 da Peça nº 98, a seguir transcrito:

“Em atenção ao Despacho TCB/PRES 54697967, e com base no Parecer Técnico Pedido de Impugnação ASSETEB (54888037). que resumidamente posicionou-se da seguinte forma:

Relativo ao item 1 da peça impugnatória, as alegações apresentadas para os insumos 1,3,5.1, 5.3, e 11 da planilha de composição de custos foram indeferidas e devidamente justificadas, para os insumos 9.1, 9.2 e 10.1 há justificativa consistente e aguarda ratificação por parte do TCDF.

Relativo ao item 3 da peça impugnatória, que questiona os valores dos insumos constantes do documento "ENCARTE B



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00003811/2020e

Composição de Custos Valor Estimado", o corpo técnico defere parcialmente, quanto ao Auxílio Transporte, especificamente, o corpo técnico indefere tais argumentos.

O mérito do item 2 da peça impugnatória, que combate a quilometragem estimada da licitação, foi encaminhado para a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal que ratificou os itens combatidos, devendo permanecer inalterados, na forma do Ofício 186/2021 - SEE/GAB/ASTEC de 22/01/2021 (54680505), conforme se segue:

"Esclarecemos que segundo os Termos de Referências nº 64 (52207870), nº 57 (52196987), nº 63 (52206615) e nº 65 (52209667) dos certames licitatórios a vigência contratual será de 30 meses, contudo a realização do quantitativo de quilometragem mensal, anual e de toda a vigência contratual foi realizado tal como descrito no item 4.4.2:

(...)

a quantidade total estimada de quilometragem para a contratação foi apurada levando-se em consideração os itinerários preestabelecidos no ENCARTE A, resultado da soma algébrica dos totais de quilômetros mensais calculados para percorrer os trajetos (total mensal de trajetos calculados para os itinerários preestabelecidos - 22 dias) multiplicados por 24 (vinte e quatro) meses (período previsto, dentro da vigência contratual, de acordo com os dias letivos do calendário escolar, para efetiva prestação de serviços)."

Diante do posicionamento apresentado, os itens indeferidos no referido Parecer Técnico serão mantidos, os itens que aguardam a ratificação pelo TCDF serão indeferidos, pois entende-se que estes estão pacificados até decisão em contrário da Egrégia Corte de Contas, uma vez que já foram submetidos ao crivo do referido Tribunal, conforme justificativa constante do Parecer Técnico. No tocante aos insumos, deferidos parcialmente, estes serão mantidos devendo o licitante dimensionar sua proposta conforme a realidade de seus custos. Durante a aceitação das propostas de preços as planilhas serão analisadas e verificada a compatibilidade com a realidade atual, conforme Parecer Técnico.

Por fim, informo que os pontos impugnados foram indeferidos e o Edital e seus anexos permaneceram inalterados. O inteiro teor desta decisão foi disponibilizado conforme Arts 23 e 24 do Decreto 10.024/2019, no COMPRASNET, e no site da TCB, a peça impugnatória, o Parecer Técnico e esta decisão foram disponibilizados para download junto ao Edital no COMPRASNET."

20. Adicionalmente, a TCB, por intermédio do Ofício nº 32/2021 – TCB/PRES, Peça nº 121, e-Doc 337BC013-c, firmado pelo Diretor-Presidente da empresa, relatou que, diante da Decisão nº 5330/2020, foi processada a alteração no percentual de depreciação da frota, de 20% para 40%, e no valor da remuneração da frota, de 12% para 6%. Ressaltou, no documento, que esta alteração será estendida também à remuneração de instalações, de máquinas e equipamentos e do almoxarifado, proporcionando redução nesses itens. O dirigente solicitou que o TCDF se manifeste quanto à ratificação e/ou alteração dos itens referenciados.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHOProc.: 00600-
00003811/2020e**Análise da Documentação Encaminhada**

21. Há que se destacar, preliminarmente à presente análise, fato de extrema relevância observado na execução dos pregões eletrônicos para contratação de serviço de transporte escolar levados a termo pela TCB. Os pregões nºs 3 a 9/20 foram realizados no dia 28/01/2021 e os pregões nºs 2, 11, 12 e 13/2020 no dia 03/02/2012.

22. Dessa feita, a realidade fática observada em relação aos valores obtidos nos certames em referência deve sobrepor-se às ilações e conjecturas apresentadas pela ASSETEB em sua Representação, quando alegou a impossibilidade de contratação pela Administração Pública com os valores adotados nos Editais.

23. Juntamos aos autos, para fins de verificação, como Papel de Trabalho, as Atas disponibilizadas no Sistema Comprasnet até a presente data, correspondentes aos pregões nºs 4, 5, 6, 7 e 9/2020, Peça nº 122, e-Doc 7D16C373-e. Nas Atas em questão, é possível constatar que os certames foram competitivos, com 9 (nove) participantes em média, e houve disputa acirrada de preços. Os preços finais obtidos foram inferiores ou no máximo iguais aos estimados pela TCB, o que vai de encontro ao argumento esposado pela Representante quanto à suposta inviabilidade da formulação de propostas e da execução contratual tomando como referência os preços definidos nos Editais.

24. Para melhor visualização da questão, montamos o quadro a seguir, com base nas informações disponibilizadas nas Atas mencionadas no parágrafo anterior, lembrando que o item 1 corresponde ao mercado em geral e o item 2 à cota especial:

Pregão	Item	Valor Estimado no Edital (Em R\$)	Valor final obtido no certame (Em R\$)	Empresa Vencedora
4	1	16.445.093,28	16.143.900,00	Pollo Viagens e Transp
4	2	2.562.375,55	2.562.375,55	G. P. Silva Transportes
5	1	4.592.570,40	4.330.000,00	G. P. Silva Transportes
5	2	540.745,92	540.745,92	Trans Monici Transp.
6	1	28.776.442,46	27.858.267,36	Pollo Viagens e Transp
6	2	3.477.086,98	3.446.496,77	Trans Monici Transp.
7	1	20.959.229,28	20.937.776,64	FCB Transp. Logística
7	2	3.118.980,48	2.837.394,74	Essência Serviços
9	1	25.537.537,82	24.732.531,65	Transfer Logística
9	2	5.773.235,20	5.218.414,08	Trans Monici Transp
TOTAL		111.783.297,30	108.607.902,70	

25. A diferença nominal de valores observada nos 5 (cinco) pregões, cujos dados estão disponibilizados no Sistema Comprasnet, perfaz R\$ 3.175.394,59, correspondendo a cerca de 2,85% de redução, em média, entre os preços estimados e aqueles efetivamente obtidos. Os certames em questão apresentaram 6(seis) vencedores distintos, o que demonstra a competitividade do feito. Tal desempenho, a nosso ver, mostra-se satisfatório e condizente com o interesse público.

26. Especificamente em relação aos pontos abordados na Representação da ASSETEB, opinamos que as alegações apresentadas pela TCB para considerar improcedentes a maior parte dos pedidos de impugnação aos Editais formulados administrativamente pela entidade Representante, reproduzidos na



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00003811/2020e

Representação ora em análise, estão bem fundamentados e podem ser considerados aceitáveis. Isso porque os argumentos da ASSETEB quanto à inviabilidade de apresentação de propostas e provável ausência de condições de competição entre os licitantes não se verificaram na prática. Frisamos que o Tribunal, por ocasião da análise inicial dos Editais, já havia se debruçado sobre os itens de custos constantes nos Editais e sua correspondente manifestação ocorreu por meio da Decisão nº 5320/2020, reproduzida no parágrafo terceiro da presente Informação. A nosso sentir, os questionamentos apresentados pela ASSETEB refletem possível interesse de particulares quanto ao teor do Edital, sendo que tais objetivos não necessariamente correspondem ao interesse público.

27. No tocante aos itens em que a TCB anuiu em parte as alegações contidas nos pedidos de impugnação aos editais, parece-nos óbvio que determinados valores que foram estimados no Edital irão variar em conformidade com a situação do momento, como, por exemplo, o preço de combustível, o valor do vale transporte e o salário dos colaboradores. Por isso, entendemos como adequada a manifestação da empresa no sentido de que seriam aceitos valores cotados para alguns itens do Edital em montantes superiores aos estimados pela Administração. Contudo, tendo por base os valores obtidos com a efetivação dos procedimentos licitatórios, iguais ou inferiores aos estimados, tal situação não causou alterações relevantes nos valores propostos pelos licitantes.

28. Quanto aos pregões em que não houve até a presente data publicação da Ata correspondente, em contato telefônico com o pregoeiro do certame, obtivemos a informação de que se tratava apenas de problemas com alguns documentos de habilitação que necessitavam ser atualizados e validados, e que os resultados obtidos foram similares aos demais em termos de valores, considerando os preços estimados nos Editais correspondentes.” (grifos do original)

Ao final da instrução, após lançar suas conclusões acerca da matéria, o corpo instrutivo sugeriu ao egrégio Plenário que:

“I - tome conhecimento dos Ofícios nºs 86/2021-TCB/PRES (Peça nº 98, e-Doc C025FDB3-c) e 32/2021 – TCB/PRES (Peça nº 121, eDoc 337BC013-c), encaminhados pela Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília – TCB, em relação às disposições contidas na Decisão nº 1/2021 (Peça nº 93, e-Doc BF9B5267-e), no que toca aos PEs n os 3 a 9/2020 da empresa;

II - considere:

- a) cumpridas as diligências constantes no item II da Decisão citada no parágrafo anterior e não cumprida aquela contida no item III;*
- b) parcialmente procedentes, no mérito, as alegações contidas na Representação apresentada pela Associação das Empresas de Transporte Escolar de Brasília – ASSETEB;*
- c) satisfatórias as providências adotadas pela TCB em relação aos pregões eletrônicos em referência;*

III - autorize:

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHOProc.: 00600-
00003811/2020e

- a) o envio de cópia da decisão que vier a ser prolatada à jurisdição;
- b) a ciência das presentes deliberações à entidade Representante;
- c) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização Especializada - SESPE para o seu arquivamento, sem prejuízo de futuras averiguações.”

As sugestões formuladas mereceram a concordância do Diretor da Divisão de Fiscalização de Licitações – Difli/TCDF e do Secretário da Secretaria de Fiscalização Especializada – Sespe/TCDF (e-DOCs DE26F8A6-e e 5AADDFC0-e, respectivamente).

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público junto ao TCDF – MPJTCDF, mediante o Parecer n.º 166/2021-G2P (e-DOC AC843373-e), depois de sintetizar a matéria, posicionou-se de forma convergente com o corpo instrutivo, por fundamentos diversos, nestes termos:

“11. Na fase anterior, este MPC/DF ofertou o Parecer nº 1033/2020, no qual opinei sobre as questões objeto das representações, **cujo posicionamento reitera-se nesta oportunidade**. Dada a relevante pertinência com a temática em discussão, transcrevo excertos do referido parecer:

12. O Parquet concorda com sugestão do CT, exceto quanto ao valor do veículo novo, uma vez que não se vislumbrou levantamento detalhado a respeito do custo de aquisição de ônibus escolar de, no mínimo, 38 assentos para estudantes, efetuado pela Jurisdicionada, além das duas aquisições citadas pela Unidade Técnica, para acolher o preço adotado.

13. Em rápida pesquisa, destaque-se, a título de colaboração, a licitação promovida pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, regido pelo Edital de PE nº 11/2019, para “eventual aquisição de veículos de transporte escolar diário de estudantes, denominado de Ônibus Rural Escolar (ORE) e Ônibus Urbano Escolar Acessível (ONUREA), em atendimento às entidades educacionais das redes públicas de ensino nos Estados, Distrito Federal e Municípios, de acordo com as especificações, quantidades estimadas e condições constantes no Termo de Referência - Anexo I [...]”, que originou a Ata de Registro de Preços nº 02/2020, publicada no DOU de 14.01.2020, bem como a 10/2019, publicada no DOU de 23.12.2019, respectivamente:

Ata de Registro de Preços nº 02/2020 do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2019, que tem por objeto o Registro de Preços para a eventual aquisição de veículos de transporte escolar diário de estudantes, denominado de Ônibus Rural Escolar (ORE) e Ônibus Urbano Escolar Acessível (ONUREA), em atendimento às entidades educacionais das redes públicas de ensino nos Estados, Distrito Federal e Municípios, de acordo com as especificações, quantidades estimadas e condições constantes no Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 11/2019.

Validade: 10/01/2020 a 10/01/2021



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<http://www.tcn.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 0330202011400002

52

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.202-2 de 24/08/2001,
que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 3

ISSN 1677-7069

Nº 9, terça-feira, 14 de janeiro de 2020

Ata de Registro de Preços nº 02/2020 - Empresa: CNH INDUSTRIAL DO BRASIL LTDA.; CNPJ: 01.844.555/0005-06.

Item	Especificação	Região de Abrangência	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
4	Ônibus Rural Escolar - ORE 2: ônibus com comprimento total máximo de 9.000 mm, capacidade de carga útil líquida de no mínimo 3.000 kg, com capacidade mínima de 44 (quarenta e quatro) estudantes sentados, mais o condutor, e deve ser equipado com dispositivo para transposição de fronteira, do tipo plataforma móvel (OPM), para embarque e desembarque de estudantes com deficiência, ou com mobilidade reduzida, que permita realizar o deslocamento de uma, ou mais plataformas, do salão de passageiros, do exterior do veículo, ao nível do piso interno.	Nacional	Unidade	1.200	R\$ 214.000,00	R\$ 256.800.000,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00003811/2020e

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

EXTRATOS DE REGISTROS DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 10/2019 do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2019, que tem por objeto o Registro de Preços para a eventual aquisição de veículos de transporte escolar diário de estudantes, denominado de Ônibus Rural Escolar (ORE) e Ônibus Urbano Escolar Acessível (ONUREA), em atendimento às entidades educacionais das redes públicas de ensino nos Estados, Distrito Federal e Municípios, de acordo com as especificações, quantidades estimadas e condições constantes no Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 11/2019.

Validade: 19/12/2019 a 19/12/2020
 Ata de Registro de Preços nº 10/2019 - Empresa: IMAN LATIN AMERICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.; CNPJ: 06.020.318/0002-10.

Item	Especificação	Região de Abastecimento	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
6	Ônibus Urbano Escolar Acessível Piso Alto - ONUREA PISO ALTO: ônibus com comprimento total máximo de 7.000 mm, capacidade de carga útil líquida de no mínimo 1.500 kg, comportando transportar, mínimo, de 23 (vinte e três) passageiros adultos sentados ou 29 (vinte e nove) estudantes sentados, mais o motorista, e deve ser equipado com dispositivo para transposição de fronteira, do tipo poltrona móvel (DPM), para embarque e desembarque de estudante com deficiência, ou com mobilidade reduzida, que permita realizar o deslocamento de uma, ou mais poltronas, do salão de passageiros, do exterior do veículo, ao nível do piso interno.	Nacional	Unidade	400	R\$ 222.900,00	R\$ 89.160.000,00

14. A primeira diz respeito à aquisição de Ônibus Rural Escolar – ORE 2, com capacidade para 44 estudantes sentados, no valor unitário de R\$ 214.000,00, e a segunda à aquisição de Ônibus Urbano Escolar Acessível Piso Alto – ONUREA Piso Alto, com capacidade para 29 estudantes sentados, no valor unitário de R\$ 222.900,00.

15. Vale registrar que, recentemente, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, com base na referida licitação do FNDE, adquiriu 12 unidades de Ônibus Rural Escolar - ORE 1 (4x4), com capacidade para 29 estudantes sentados, no valor unitário de R\$ 274.000,00 (Contrato nº 51/2020, publicado no DODF de 28.08.2020) e outras 17 unidades de Ônibus Urbano Escolar Acessível Piso Baixo – ONUREA PISO BAIXO, com capacidade para 21 estudantes sentados, no valor unitário de R\$ 293.000,00 (Contratos nº 51/2020, 52/2020 e 66/2020, publicados nos DODFs de 28.08.2020 e 17.11.2020). Por certo, tais aquisições, bem como as do passado, devem refletir nas contratações em exame, uma vez que, se operadas pelas empresas contratadas, não haverá custo, por exemplo, de aquisição, remuneração de frota ou depreciação.

16. A importância da pesquisa de preços para definir o valor de aquisição de veículo novo reside no fato de que tal valor reflete diretamente na Depreciação de Frota, Peças de Reposição, bem como na Remuneração de Frota, três centros de custo dos mais relevantes para a contratação que se almeja, totalizando 35,31% do custo total, razão pela qual **opina o MPC/DF, em acréscimo, que a Corte determine à Jurisdicionada que apresente a pesquisa de preços que embasou a adoção do valor de veículo novo, com pneus, no patamar de R\$ 341.634,67.**

17. Quanto ao item 02 da Curva ABC “Peças de Reposição”, o CT entendeu satisfatória a utilização dos parâmetros indicados, coeficiente básico de consumo e valor do veículo novo com pneus. **O MPC/DF discorda dessa conclusão, nos termos destacados nos parágrafos 12 a 16 precedentes, relativamente ao valor de aquisição de veículo novo.**

18. **Diverge também quanto à utilização de índice fixado na Resolução CTPC nº 4.618/95, publicado no DODF de 18.05.1995, que aprovou a “metodologia para cálculo do custo unitário das linhas, gratuitas e de tarifa normal, do serviço convencional do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF”, ou de outra norma da mesma época.**

19. A Jurisdicionada entendeu que o transporte público escolar estaria abrangido pelo STPC/DF e que, portanto, seria aplicável a referida resolução ao caso em exame. Converte o MPC/DF quanto ao fato de o transporte público escolar fazer parte do STPC/DF, conforme estabelecido na Lei 4.011/07:

[omissis..]



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00003811/2020e

20. *Todavia, não se trata de serviço convencional ou básico, mas de serviço especial, ou como estabelecido na referida lei, Serviço Complementar, direcionado a usuários específicos, como são os estudantes da rede pública de ensino do DF.*

21. *Ainda que se acolhesse o entendimento da TCB, a utilização desses índices pode distorcer o valor do custo do quilômetro percorrido, uma vez que as condições daquela época não são as mesmas das atuais, sejam elas referentes ao veículo novo ou às condições de rodagem ou à gestão empresarial.*

22. *Ademais, as condições dos veículos que operam o serviço básico ou convencional são bem mais severas do que as do transporte público escolar, que exigem menos dos componentes automotivos dos ônibus escolares, o que implicaria menor custo de manutenção, incluídas a aquisição de peças e acessórios e mão de obra.*

23. *Tais índices, na visão Ministerial, devem ser enxergados com reserva, pois refletem as condições daquela época e que, para utilização na hipótese dos autos – licitação para contratação de empresa para prestação de serviços de transporte público escolar, devem ter sua validade ratificada por estudo que leve em consideração, ao menos, os avanços tecnológicos ocorridos, as condições das vias de transporte e, especialmente, a finalidade – transporte público escolar.*

24. *É de se esperar, no entanto, que as empresas desse segmento possuam seus próprios índices relativos aos centros de custo apresentados pela TCB de forma a delinear suas propostas para fins da licitação em comento.*

[...]

27. *Em que pese o fato de o salário-base (piso salarial) de Motorista, bem como o de Monitor, estar em consonância com os acordos coletivos referidos (acrescidos dos Encargos Sociais de até 70,64% resultariam em R\$ 2.583,73 e R\$ 1.783,19, respectivamente), discorda o MPC/DF no tocante à metodologia engendrada para remunerar as empresas vencedoras do certame. Isso porque, o índice utilizado pode distorcer o valor a ser repassado às empresas vencedoras dos certames, em relação a esses dois centros de custo. Destrincho a questão em relação ao PE 03/2020, tal como examinado pelo CT.*

28. *Eis os parâmetros: a) índice utilizado é o constante da Resolução CTPC nº 4618/95, e alterações, estabelecido em 21,506; b) Percurso Médio Anual – PMA = 10.447,89 km; e Salário-base de Motorista – R\$ 1.520,00 e de Monitor – R\$ 1.045,00.*

29. *Assim, multiplicando o índice pelo salário-base e dividindo o resultado pelo PMA, obteve-se o custo do item por quilômetro percorrido, R\$ 3,13 e R\$ 2,15, respectivamente, para Motorista e Monitor.*

30. *A remuneração mensal a ser repassada à empresa contratada a título de folha de pagamento referente ao “pessoal operacional” (Motorista e Monitor) é calculada multiplicando-se o custo do quilômetro percorrido pelo PMA, dividindo-se o valor obtido por 12, o que resulta em R\$ 2.725,15 e R\$ 1.871,91, respectivamente, para Motorista e Monitor, portanto,*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00003811/2020e

aproximadamente 5% superior ao valor do salário-base acrescidos dos Encargos Sociais.

31. O Ministério Público de Contas não vislumbrou justificativas plausíveis a respeito da utilização do índice indicado na Resolução CTPC 4.618/95 para calcular a remuneração de Motorista ou de Monitor, bem como as delas decorrentes, pessoal de manutenção, dentre outras, que será abordada na sequência.

[...]

36. Quanto ao centro de custo Pessoal de Manutenção, foi utilizado o índice ou percentual de 23% aplicado sobre o centro de custo Pessoal de Operação, conforme indicado na Resolução CTPC nº 4618/95, resultando no valor de R\$ 1,21 por quilômetro percorrido. Assim, considerando o PMA de 10.447,89 km, anualmente, o GDF estaria remunerando a título de Pessoal de Manutenção, R\$ 12.641,94, por ônibus, o que, na hipótese do PE 03/2020, resultaria em R\$ 922.861,62 por ano com pessoal de manutenção, não havendo nos autos estimativa acerca da remuneração desses profissionais.

37. Assim, além de não haver estimativa da remuneração de profissionais de manutenção (mecânica, elétrica, dentre outros), esse centro de custo foi calculado sobre o de "Pessoal Operacional" (Motorista e Monitor), alhures questionado pelo Parquet. Na hipótese vertente, também não se vislumbrou justificativa plausível nem os parâmetros ou o cálculo para se chegar a esse percentual, repito, indicado na Resolução CTPC nº 4618/95.

38. Em relação ao centro de custo Pessoal de Administração, para determinar o custo por quilômetro foi utilizado o índice 6,614 sobre o salário-base administrativo de R\$ 2.086,16, o que resultou em R\$ 1,32/km. Significa dizer que a TCB, mantidas as condições, remunerará, anualmente, a vencedora do certame em R\$ 1.006.758,68, ou R\$ 83.896,55 por mês.

39. Ao fixar o índice em 6,614 é como se a TCB determinasse à licitante que mantivesse o seu quadro de pessoal administrativo de modo que cada profissional pudesse "administrar" pouco mais de três veículos ($1/0,3230 = 3,096$), o que na visão Ministerial, não merece prosperar, pois se trata de índice fixado em 1995, cujos processos administrativos encontram-se completamente defasados/obsoletos em relação aos desejados atualmente.

40. Tratando-se de licitação pública, o custo do serviço deve ser detalhado de forma a traduzir as reais condições do mercado, o que implica a apresentação de propostas com o necessário detalhamento, fato que não foi permitido pela Jurisdicionada, uma vez que, nos dois casos, centros de custo referentes a Pessoal de Manutenção e Pessoal Administração, já fixou os índices a serem utilizados, extraídos de um normativo editado há vinte e cinco anos. Tais índices, repise-se, para utilização nos certames em tela, devem ter sua validade ratificada por meio de estudo que leve em consideração, minimamente, as condições das vias de transporte, os avanços tecnológicos ocorridos desde a edição da Resolução CTPC nº 4618/95 e, especialmente, a finalidade, que é o transporte público escolar.

[...]

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHOProc.: 00600-
00003811/2020e

53. Destaquem-se, ademais, os centros de custos Despesas Administrativas Gerais (R\$ 0,65/km), Remuneração de Maquinas/Equipamentos (R\$ 0,20/km), Remuneração de Almojarifado (R\$ 0,12/km) e Depreciação de Máquinas/Instalações/Equipamentos (R\$ 0,04/km), que têm como base de cálculo o valor de veículo novo, totalizando 4,37% do custo total, onerando o contrato em R\$ 770.322,92 por ano ou R\$ 64.193,57 por mês.

54. Além das considerações do MPC/DF acerca do valor do veículo novo e dos índices utilizados pela TCB, o entendimento Ministerial é no sentido de que tais centros de custos deveriam ter por base de cálculo não o valor de um veículo novo, mas o valor que de fato os represente, como por exemplo, o valor dos bens novos, deduzidas as depreciações ou o valor de mercado, sem a aplicação de índices estabelecidos em 1995. Quanto às Despesas Administrativas Gerais, tais despesas devem ser discriminadas individualmente, de forma a mensurar exatamente a que despesas se referem.

55. Quanto ao centro de custo Rodagem, fixou-se como sendo a vida útil de pneus, original mais duas recapagens, no valor de R\$ 2.602,17, um total de 60.000 km, o que resultou em custo por quilômetro percorrido no valor de R\$ 0,26, totalizando para a licitação regida pelo Edital PE 03/2020, R\$ 198.000,95. Todavia, este MPC/DF verificou que, em trabalho acadêmico, tese apresentada à Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, para obtenção do título Doutor em Engenharia, há possibilidade de a vida útil de pneus atingir até 200.000 km:

A vida útil dos pneus de automóveis, de carga, industriais, aviões e fora de estrada é apresentada na tabela 7.

Tabela 7 – Vida útil dos pneus para aplicações industriais, agrícolas, fora de estrada, passeio, ônibus e caminhão.

Tipo de Pneu	Vida Útil (1)
Trator	10 a 12 anos
Transbordo Canavieiro	4 a 5 anos (2)
Empilhadeiras	4.000 a 5.000 horas
Automóveis	até 80.000 km (3)
Ônibus e Caminhões	até 200.000 km (4)
Motos	30.000 km
Aviões	200 pousos e decolagens (5)
Agrícolas	8.000 a 10.000 horas

(1) Considerando a 1ª vida do pneu, com utilização do pneu em condições normais e devidamente controlado.

(2) Existe uma grande diversidade de pneus fora de estrada "Off the Road - OTR", a vida útil depende do tamanho do pneu e severidade do serviço prestado.

(3) Os pneus de automóveis podem ser reformados uma única vez.

(4) Os pneus de carga (ônibus e caminhões) podem ser reformados de duas a três vezes.

(5) Depende da frequência de uso dos aviões e número de escalas, entre outros.

56. Utilizando esse valor como vida útil dos pneus, o custo por quilômetro percorrido cai para R\$ 0,08, totalizando R\$ 61.015,67, uma diferença de quase 137 mil reais por ano, apenas em relação ao PE 03/2020.

57. Nesse contexto, o Ministério Público de Contas opina por que o e. Tribunal determine à TCB que apresente as justificativas necessárias e suficientes, acompanhadas dos documentos probatórios, para adoção da vida útil de pneus, original mais duas recapagens, em 60.000 km ou, alternativamente, altere o edital de forma a fixar a vida útil de pneus em 200.000 km.

12. Conforme destacado no parecer precedente, diversos questionamentos objeto das representações em exame foram analisados pelo MPC/DF, a exemplo da vida útil dos pneus, do valor do ônibus novo (ou o valor que de fato os represente, como por exemplo, o valor dos bens novos, deduzidas as depreciações ou o valor de mercado), do Fator de Utilização - FU demotorista e monitor



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00003811/2020e

da ordem de 1,05 por veículo e o de pessoal de administração, dos coeficiente básico de consumo indicados em resolução de 1995, dentre outros, que poderiam influir sobremaneira na fixação do teto máximo do valor da licitação. Todavia, tais questionamentos não foram acolhidos pelo TCDF.

13. Ante o exposto, forte nas razões delineadas nos parágrafos 11 e 12 supra, o MPC/DF opina por que o e. Tribunal considere parcialmente procedente as representações em exame, notocante à possibilidade de defasagem dos preços dos insumos, uma vez que a pesquisa de preços para as licitações teria sido efetuada em setembro de 2020, especialmente quanto ao valor do óleo combustível.” (grifos do original)

É o relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00003811/2020e

VOTO

Na última assentada, esta Corte de Contas, por meio da **Decisão n.º 1/2021**, tomou conhecimento de Representações formuladas pela Associação das Empresas de Transporte Escolar de Brasília – ASSETEB/DF, de mesmo teor, indicando possíveis irregularidades nos editais dos Pregões Eletrônicos n.ºs 02/2020 (objeto do Processo n.º 00600-00003404/2020-39-e), 03/2020, 04/2020 e 06/2020 – TCB, para a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de transporte escolar.

Em razão disso, o Tribunal determinou à TCB e ao pregoeiro responsável pelos certames que apresentem os esclarecimentos quanto ao teor das representações supracitadas (item II da Decisão n.º 1/2021), bem como fixou prazo para que o subscritor das representações encaminhe ao Tribunal procuração específica que o legitime nos feitos em exame (item III da mesma deliberação plenária).

Em cumprimento ao disposto no item II da Decisão n.º 1/2021, a TCB encaminhou os documentos constantes dos e-DOCs C025FDB3-c e 337BC013-c.

Além disso, vale recordar que o Plenário, mediante o item III da Decisão n.º 5.330/2020, revogou *“a medida cautelar constante do item III¹¹, “caput”, da Decisão n.º 3.836/2020, autorizando a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília – TCB a **dar continuidade** aos pregões eletrônicos que buscam a contratação da prestação de serviço de transporte escolar para diversas regiões do Distrito Federal, **condicionado ao**”*.

“a) cumprimento integral dos ajustes noticiados no Ofício n.º 578/2020 - TCB/PRES, à exceção da medida indicada no item IV do referido expediente;

b) envio a este Tribunal de cópia da versão revisada do edital (e anexos), bem como das respectivas planilhas, tão logo seja republicado o aviso de prosseguimento dos certames”.

A presente fase processual, portanto, trata do **exame de mérito das Representações formuladas pela ASSETEB/DF** (de mesmo teor) e do **cumprimento das diligências constantes das alíneas “a” e “b” do item III da Decisão n.º 5.330/2020**.

Nesta oportunidade, a unidade instrutiva propõe: tomar conhecimento dos expedientes encaminhados pela TCB; considerar (a) cumpridas as diligências constantes no item II da Decisão n.º 1/2021 e não cumprida a diligência do item III do mesmo *“decisum”*, (b) no mérito, parcialmente procedentes as alegações contidas na Representação apresentada pela Associação das Empresas de Transporte Escolar de Brasília – ASSETEB e (c) satisfatórias as providências adotadas pela TCB em relação aos pregões eletrônicos em referência; dar ciência da decisão a ser adotada à TCB e à entidade Representante; e autorizar o retorno dos autos à Sespe/TCDF, para fins de arquivamento.

¹¹ *“III – em razão do item II anterior, determinar à Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília – TCB, com fulcro no art. 87, § 3º, da Lei n.º 13.303/2016, que mantenha suspenso os Pregões Eletrônicos n.ºs 03/2020, 04/2020, 05/2020, 06/2020, 07/2020, 08/2020 e 09/2020, até ulterior deliberação plenária, devendo efetivar as providências indicadas a seguir, no prazo de 10 (dez) dias:”*

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHOProc.: 00600-
00003811/2020e

O MPjTCDF aquiesce às sugestões, por fundamento diverso.

Preliminarmente, tendo em vista que as representações formuladas pela ASSETEB/DF questionaram diversos procedimentos licitatórios deflagrados pela TCB para o mesmo objeto (variando apenas a região/localidade atendida) e em razão de o item III da Decisão n.º 5.330/2020 ter tratado de condicionantes para a continuidade dos pregões eletrônicos que buscam a contratação da prestação de serviço de transporte escolar para diversas regiões do Distrito Federal, peço licença para sintetizar algumas informações sobre os aludidos certame, de modo a contextualizar a matéria:

Licitações TCB para transporte escolar			
Pregão Eletrônico	Região	Localidade	Processo TCDF
02/2020	G	Ceilândia	00600-00003404/2020-39-e
03/2020	D	Guará/Estrutural	00600-00003811/2020-46-e
04/2020	H	Taguatinga	
05/2020	N	Samambaia	
06/2020	F	Sobradinho	
07/2020	I	Brazlândia	
08/2020	K	Recanto das Emas	00600-00003972/2020-30-e*
09/2020	A	Plano Piloto/Cruzeiro	
11/2020	E	Planaltina	00600-00005315/2020-27-e
12/2020	M	Santa Maria	
13/2020	L	Gama	

* Apensado ao Processo 00600-00003811/2020-46-e

O Processo 00600-00005315/2020-27-e é de relatoria do i. Conselheiro Paulo Tadeu.

Os demais processos são de relato do Cons. Inácio Magalhães Filho.

Feita essa breve contextualização, adianto que o meu posicionamento se alinha ao encaminhamento propugnado pelo órgão instrutivo, com acréscimos.

Assim, considerando que os fundamentos aventados pelo *Parquet* especial no Parecer n.º 166/2021-G2P (que reiteram os termos do Parecer n.º 1033/2020-G2P) são diversos daqueles trazidos pela Sespe/TCDF nesta ocasião, os quais já foram afastados¹² pelo Plenário quando da prolação da Decisão n.º 5.330/2020, adoto, como razão de decidir, apenas os argumentos constantes da Informação n.º 43/2021 – DIFLI.

Buscando reforçar meu posicionamento, peço licença para reproduzir as breves conclusões lançadas pela Difli/TCDF, às quais me filio integralmente:

“29. As informações apresentadas pela TCB em relação às diligências contidas no item II da Decisão nº 1/2021 foram cumpridas de forma satisfatória e, tendo em conta que houve anuência da Jurisdicionada em relação a alguns dos tópicos questionados na Representação, opinamos que, no mérito, seja considerado parcialmente procedente o teor da Representação apresentada

¹² Inclusive, o órgão ministerial, nesta ocasião, mencionou que, “no parecer precedente, diversos questionamentos objeto das representações em exame foram analisados pelo MPC/DF, a exemplo da vida útil dos pneus, do valor do ônibus novo (ou o valor que de fato os represente, como por exemplo, o valor dos bens novos, deduzidas as depreciações ou o valor de mercado), do Fator de Utilização - FU de motorista e monitor da ordem de 1,05 por veículo e o de pessoal de administração, dos coeficiente básico de consumo indicados em resolução de 1995, dentre outros, que poderiam influir sobremaneira na fixação do teto máximo do valor da licitação. **Todavia, tais questionamentos não foram acolhidos pelo TCDF.**” (negritei)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00003811/2020e

pela ASSETEB e **satisfatórias as providências adotadas pela empresa.**

30. Quanto ao estabelecido no item III da citada Decisão, referente à necessidade de comprovação da legitimidade do signatário da Representação, por meio de encaminhamento de Procuração com tal finalidade, **não identificamos a peça em questão nos documentos encaminhados pela Representante**, razão pela qual iremos sugerir que a diligência seja considerada não cumprida. Opinamos, no entanto, que a falha em questão não deva comprometer a finalização do presente Processo e que, em nome da transparência processual, os autos sejam conclusos e encaminhados para fins de arquivamento, sem prejuízo de futuras averiguações.

31. Ressaltamos por fim que o PE nº 2/2020 foi também alvo da presente Representação, porém, conforme já citado anteriormente, sua análise está sendo tratada no Processo nº 0600.00003404/2020-39, também relatado pelo Conselheiro Inácio Magalhães Filho. Opinamos, por questão de unicidade de procedimentos por esta Corte, que **as mesmas considerações apresentadas na presente Informação devam ser aplicadas àqueles autos**, uma vez que, por intermédio da Decisão 1/2021, a presente Representação foi também conhecida em relação ao Pregão em comento.” (grifos nossos)

Em que pese o subscritor das representações não tenha encaminhado procuração específica que o legitimasse nos feitos em exame (situação que ensejaria a ausência de manifestação do Plenário sobre o mérito da representação), entendo, em harmonia com o órgão instrutivo, que o Tribunal deve, excepcionalmente, **relevar** o descumprimento da diligência constante do item III da Decisão n.º 1/2021, com fulcro no princípio do formalismo moderado e considerando que os órgãos instrutivo e ministerial já se debruçaram sobre o tema.

Seguindo essa linha de raciocínio, cabe ao Plenário desta Casa considerar, no mérito, **parcialmente procedente** a representação em tela, uma vez que “houve anuência da Jurisdicionada em relação a alguns dos tópicos questionados na Representação”. Não há, porém, qualquer medida a ser adotada, uma vez que as providências adotadas pela TCB em relação aos aludidos pregões eletrônicos se mostraram satisfatórias, conforme bem analisado pelo corpo instrutivo.

Na sequência, passo a examinar o cumprimento das diligências constantes do item III da Decisão n.º 5.330/2020, em que pese os órgãos instrutivo e ministerial não tenham se manifestado acerca da matéria.

O “caput” do item III da supracitada deliberação plenária determinou à TCB que, no caso de “*dar continuidade aos pregões eletrônicos que buscam a contratação da prestação de serviço de transporte escolar para diversas regiões do Distrito Federal*”, adotasse as medidas indicadas nas alíneas “a” e “b” daquele item.

Sobre essa questão, destaco que, no dia 19.01.2021¹³, a TCB fez publicar no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF os avisos de adiamento dos PEs 02/2020 a 09/2020 e 11/2020 a 13/2020, conforme reproduzido a seguir:

13

https://dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2021|01_Janeiro|DODF%20012%2019-01-2021|&arquivo=DODF%20012%2019-01-2021%20INTEGRA.pdf



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 00600-
00003811/2020e

“PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2020

Processo: 00095-00000384/2020-56. O Ordenador de Despesas, no uso de suas atribuições, comunica o adiamento da abertura do Pregão Eletrônico 02/2020. Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de Transporte Escolar, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo ao Edital, e seus Encartes, por meio de Pregão Eletrônico. Edital disponível para download nos sites www.gov.br/compras e www.tcb.df.gov.br/licitacoes. Envio de Esclarecimentos e Impugnações para o e-mail: licitacao@tcb.df.gov.br. Valor Estimado R\$ 30.570.157,20 (trinta milhões, quinhentos e setenta mil cento e cinquenta e sete reais e vinte centavos). **Data/Hora de abertura: 03 de fevereiro de 2021, às 10h00.** Local: COMPRASNET em www.gov.br/compras.

CHANCERLEY DE MELO SANTANA
Diretor-Presidente

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2020

Processo: 00095-00000420/2020-81. O Ordenador de Despesas, no uso de suas atribuições, comunica o adiamento da abertura do Pregão Eletrônico 03/2020. Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de Transporte Escolar, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo ao Edital, e seus Encartes, por meio de Pregão Eletrônico. Edital disponível para download nos sites www.gov.br/compras e www.tcb.df.gov.br/licitacoes. Envio de Esclarecimentos e Impugnações para o e-mail: licitacao@tcb.df.gov.br. Valor Estimado R\$ 37.818.337,92 (trinta e sete milhões, oitocentos e dezoito mil trezentos e trinta e sete reais e noventa e dois centavos). **Data/Hora de abertura: 28 de janeiro de 2021, às 15h00.** Local: COMPRASNET em www.gov.br/compras.

CHANCERLEY DE MELO SANTANA
Diretor-Presidente

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2020

Processo: 00095-00000424/2020-60. O Ordenador de Despesas, no uso de suas atribuições, comunica o adiamento da abertura do Pregão Eletrônico 04/2020. Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de Transporte Escolar, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo ao Edital, e seus Encartes, por meio de Pregão Eletrônico. Edital disponível para download nos sites www.gov.br/compras e www.tcb.df.gov.br/licitacoes. Envio de Esclarecimentos e Impugnações para o e-mail: licitacao@tcb.df.gov.br. Valor Estimado R\$ 19.007.468,83 (dezenove milhões, sete mil quatrocentos e sessenta e oito reais e oitenta e três centavos). **Data/Hora de abertura: 28 de janeiro de 2021, às 10h00.** Local: COMPRASNET em www.gov.br/compras.

CHANCERLEY DE MELO SANTANA
Diretor-Presidente

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2020

Processo: 00095-00000422/2020-71. O Ordenador de Despesas, no uso de suas atribuições, comunica o adiamento da abertura do



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00003811/2020e

*Pregão Eletrônico 05/2020. Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de Transporte Escolar, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo ao Edital, e seus Encartes, por meio de Pregão Eletrônico. Edital disponível para download nos sites www.gov.br/compras e www.tcb.df.gov.br/licitacoes. Envio de Esclarecimentos e Impugnações para o e-mail: licitacao@tcb.df.gov.br. Valor Estimado R\$ 5.133.316,32 (cinco milhões, cento e trinta e três mil trezentos e dezesseis reais e trinta e dois centavos). **Data/Hora de abertura: 28 de janeiro de 2021, às 08h00.** Local: COMPRASNET em www.gov.br/compras.*

CHANCERLEY DE MELO SANTANA

Diretor-Presidente

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2020

*Processo: 00095-00000423/2020-15. O Ordenador de Despesas, no uso de suas atribuições, comunica o adiamento da abertura do Pregão Eletrônico 06/2020. Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de Transporte Escolar, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo ao Edital, e seus Encartes, por meio de Pregão Eletrônico. Edital disponível para download nos sites www.gov.br/compras e www.tcb.df.gov.br/licitacoes. Envio de Esclarecimentos e Impugnações para o e-mail: licitacao@tcb.df.gov.br. Valor Estimado R\$ 32.253.529,44 (trinta e dois milhões, duzentos e cinquenta e três mil quinhentos e vinte e nove reais e quarenta e quatro centavos). **Data/Hora de abertura: 28 de janeiro de 2021, às 14h00.** Local: COMPRASNET em www.gov.br/compras.*

CHANCERLEY DE MELO SANTANA

Diretor-Presidente

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2020

*Processo: 00095-00000417/2020-68. O Ordenador de Despesas, no uso de suas atribuições, comunica o adiamento da abertura do Pregão Eletrônico 07/2020. Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de Transporte Escolar, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo ao Edital, e seus Encartes, por meio de Pregão Eletrônico. Edital disponível para download nos sites www.gov.br/compras e www.tcb.df.gov.br/licitacoes. Envio de Esclarecimentos e Impugnações para o e-mail: licitacao@tcb.df.gov.br. Valor Estimado R\$ 24.078.209,76 (vinte e quatro milhões, setenta e oito mil duzentos e nove reais e setenta e seis centavos). **Data/Hora de abertura: 28 de janeiro de 2021, às 11h00.** Local: COMPRASNET em www.gov.br/compras.*

CHANCERLEY DE MELO SANTANA

Diretor-Presidente

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2020

Processo: 00095-00000467/2020-45. O Ordenador de Despesas, no uso de suas atribuições, comunica o adiamento da abertura do Pregão Eletrônico 08/2020. Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de Transporte Escolar, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00003811/2020e

Referência, Anexo ao Edital, e seus Encartes, por meio de Pregão Eletrônico. Edital disponível para download nos sites www.gov.br/compras e www.tcb.df.gov.br/licitacoes. Envio de Esclarecimentos e Impugnações para o e-mail: licitacao@tcb.df.gov.br. Valor Estimado R\$ 12.389.741,76 (doze milhões, trezentos e oitenta e nove mil setecentos e quarenta e um reais e setenta e seis centavos). **Data/Hora de abertura: 28 de janeiro de 2021, às:09h00.** Local: COMPRASNET em www.gov.br/compras.

CHANCERLEY DE MELO SANTANA
Diretor-Presidente

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2020

Processo: 00095-00000421/2020-26. O Ordenador de Despesas, no uso de suas atribuições, comunica o adiamento da abertura do Pregão Eletrônico 09/2020. Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de Transporte Escolar, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo ao Edital, e seus Encartes, por meio de Pregão Eletrônico. Edital disponível para download nos sites www.gov.br/compras e www.tcb.df.gov.br/licitacoes. Envio de Esclarecimentos e Impugnações para o e-mail: licitacao@tcb.df.gov.br. Valor Estimado R\$ 31.270.773,07 (trinta e um milhões, duzentos e setenta mil setecentos e setenta e três reais e sete centavos). **Data/Hora de abertura: 28 de janeiro de 2021, às 13h00.** Local: COMPRASNET em www.gov.br/compras.

CHANCERLEY DE MELO SANTANA
Diretor-Presidente

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020

Processo: 00095-00000480/2020-02. O Ordenador de Despesas, no uso de suas atribuições, comunica o adiamento da abertura do Pregão Eletrônico 11/2020. Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de Transporte Escolar, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo ao Edital, e seus Encartes, por meio de Pregão Eletrônico. Edital disponível para download nos sites www.gov.br/compras e www.tcb.df.gov.br/licitacoes. Envio de Esclarecimentos e Impugnações para o e-mail: licitacao@tcb.df.gov.br. Valor Estimado R\$ 39.841.369,39 (trinta e nove milhões, oitocentos e quarenta e um mil trezentos e sessenta e nove reais e trinta e nove centavos). **Data/Hora de abertura: 03 de fevereiro de 2021, às 09h00.** Local: COMPRASNET em www.gov.br/compras.

CHANCERLEY DE MELO SANTANA
Diretor-Presidente

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2020

Processo: 00095-00000753/2020-19. O Ordenador de Despesas, no uso de suas atribuições, comunica o adiamento da abertura do Pregão Eletrônico 12/2020. Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de Transporte Escolar, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo ao Edital, e seus Encartes, por meio de Pregão Eletrônico. Edital disponível para download nos sites



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00003811/2020e

*www.gov.br/compras e www.tcb.df.gov.br/licitacoes. Envio de Esclarecimentos e Impugnações para o e-mail: licitacao@tcb.df.gov.br. Valor Estimado R\$ 3.137.603,04 (três milhões, cento e trinta e sete mil seiscientos e três reais e quatro centavos). **Data/Hora de abertura: 03 de fevereiro de 2021, às 11h00.** Local: COMPRASNET em www.gov.br/compras.*

CHANCERLEY DE MELO SANTANA
Diretor-Presidente

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2020

*Processo: 00095-00000468/2020-90. O Ordenador de Despesas, no uso de suas atribuições, comunica o adiamento da abertura do Pregão Eletrônico 02/2020. Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de Transporte Escolar, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo ao Edital, e seus Encartes, por meio de Pregão Eletrônico. Edital disponível para download nos sites www.gov.br/compras e www.tcb.df.gov.br/licitacoes. Envio de Esclarecimentos e Impugnações para o e-mail: licitacao@tcb.df.gov.br. Valor Estimado R\$ 16.076.772,50 (dezesesseis milhões, setenta e seis mil setecentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos). **Data/Hora de abertura: 03 de fevereiro de 2021, às 08h00.** Local: COMPRASNET em www.gov.br/compras.*

CHANCERLEY DE MELO SANTANA
Diretor-Presidente

(grifos nossos)

Ou seja, com a publicação de 19.01.2021, foram reagendadas as aberturas dos PEs 03/2020 a 09/2020 para o dia 28.01.2021 e dos PEs 02/2020 e 11/2020 a 13/2020 para o dia 03.02.2021.

Com isso, deveria a TCB ter dado cumprimento às diligências constantes dos itens “III-a” e “III-b” da Decisão n.º 5.330/2020.

A alínea “a” do item III da Decisão n.º 5.330/2020 determinou à TCB que, no caso de “*dar continuidade aos pregões eletrônicos que buscam a contratação da prestação de serviço de transporte escolar para diversas regiões do Distrito Federal*”, desse “*cumprimento integral dos ajustes noticiados no Ofício n.º 578/2020 - TCB/PRES, à exceção da medida indicada no item IV do referido expediente*”.

O Ofício n.º 578/2020 - TCB/PRES, constante do e-DOC 7C8F6E5B-c, apresentou “*os ajustes que serão promovidos nos processos licitatórios*”, conforme reproduzido a seguir:

“I) adote as medidas necessárias para o exato cumprimento da irregularidade apontada no item “III.d” da Decisão 3.836/2020.”

“III d) adotar medidas para que a avaliação das exigências constantes do item 9.10.4 (alusivo à qualificação econômico-financeira) e do item 9.11.1 (relativo à qualificação técnica) de todos editais (inclusive dos PEs nºs 02/2020 e 11/2020 a 13/2020) não sejam efetivadas de forma individualizada, mas sim de forma conjunta, considerando os montantes estabelecidos no respectivo edital (quantia estimada da contratação e quantidade de ônibus exigidos) somados aos valores dos demais editais (no caso, PEs nºs 02/2020 a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00003811/2020e

09/2020 e 11/2020 a 13/2020) em que a licitante já tenha se sagrado vencedora.”

(...)

II) adote a sistemática praticada pelo DNIT (Volume 01 - Metodologia e Conceito) na precificação dos custos da "Depreciação da Frota" e da "Remuneração da Frota;

(...)

III) adeque o valor praticado para os centros de custos "Auxílio Refeição" e "Auxílio Patronal", respectivamente, para os valores R\$ 533,67 e R\$ 10,00

(...)

V) exclua dos Editais a possibilidade de execução do serviço de transporte de alunos com veículo com mais de 7 (sete) anos de fabricação do Edital, em atenção à sistemática de precificação adotada pela TCB (Manual Cálculo de Tarifa de Ônibus Urbanos - Instrução Prática Atualizadas) e pelo DNIT (Volume 01 - Metodologia e Conceito)

(...)

VI) oriente a TCB para a necessidade de aferir se os custos dos ônibus que efetivamente estejam executando os contratos estão nos patamares declarados pelo vencedor, bem como, a necessidade de avaliar se os percursos realizados estão sendo executados conforme previstos na planilha de referência, com vistas a apurar eventual superfaturamento

(...)

VII) a necessidade de que a TCB seja orientada para a necessidade de fazer um preciso acompanhamento do custo incorrido com a frota que efetivamente estará prestando o serviço e da quilometragem realmente percorrida, com vistas a apurar eventual superfaturamento.

(...)

VIII) necessidade de adequação do dispositivo do Edital que regulamenta a prorrogação do contrato.”

Ao cotejar os termos do edital (e anexos) dos pregões eletrônicos em questão (disponíveis no portal eletrônico da TCB - <http://www.tcb.df.gov.br/licitacoes-de-2020/>) com os ajustes mencionados no Ofício n.º 578/2020 - TCB/PRES, pude constatar que todas as medidas que ensejavam alterações¹⁴ foram devidamente atendidas pela jurisdicionada.

Nesse sentido, cabe considerar **cumprida** a diligência constante do item “III-a” da Decisão n.º 5.330/2020.

Já o item “III-b” da Decisão n.º 5.330/2020 determinou à TCB que, no caso de “dar continuidade aos pregões eletrônicos que buscam a contratação da prestação de serviço de transporte escolar para diversas regiões do Distrito Federal”, enviasse “a este Tribunal de cópia da versão revisada do edital (e anexos),

¹⁴ Os ajustes mencionados nos itens VI e VII do Ofício n.º 578/2020 - TCB/PRES não ensejaram alterações no edital.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00003811/2020e

bem como das respectivas planilhas, tão logo seja republicado o aviso de prosseguimento dos certames”.

A diligência em questão não foi atendida pela jurisdicionada, uma vez que a documentação mencionada não foi encaminhada ao Tribunal. No entanto, cabe releva tal descumprimento, uma vez que os editais (e anexos) e suas respectivas planilhas estão disponíveis no portal eletrônico da TCB (<http://www.tcb.df.gov.br/licitacoes-de-2020/>).

Nesse sentido, cabe considerar **não atendida** a determinação constante do item “III-b” da Decisão n.º 5.330/2020, tendo por desnecessária sua reiteração.

Considerando que a representação em comento também foi protocolada suscitando as mesmas irregularidades no PE n.º 02/2020 – TCB e tendo em conta que os ajustes mencionados no Ofício n.º 578/2020 - TCB/PRES deveriam ser realizados em todos os “pregões eletrônicos que buscam a contratação da prestação de serviço de transporte escolar para diversas regiões do Distrito Federal”, cabe autorizar a juntada de cópia da decisão que vier a ser proferida aos Processos n.ºs 00600-00003404/2020-39-e (de minha relatoria, que versa sobre o PE n.º 02/2020 – TCB) e 00600-00005315/2020-27-e (de relatoria do i. Conselheiro Paulo Tadeu, que trata dos PEs n.ºs 11/2020 a 13/2020 – TCB), para adoção das medidas cabíveis.

Por fim, apenas a título informativo, esclareço que consulta¹⁵ realizada pelo meu gabinete junto ao portal do ComprasNet verificou que todos os pregões eletrônicos em questão foram realizados nas datas previstas, tendo, ao final das negociações, alcançado uma redução total de **R\$ 23.296.873,92** no montante estimado dos certames (equivalente a um decréscimo de 8,8%), conforme detalhado na tabela a seguir:

Pregão Eletrônico	Processo SEI	Processo TCDF	Região	Localidade	Participante	Empresa Vencedora	Valor		Redução	
							Estimado (R\$)	Adjudicado (R\$)	R\$	%
02/2020	00095-00000384/2020-56	00600-00003404/2020-39-e	G	Ceilândia	Ampla concorrência	RODOESTE TRANSPORTE E TURISMO EIRELI	27.100.233,60	25.571.884,80	1.528.348,80	5,6%
					Cota reservada	START SERVICOS E TRANSPORTES EIRELI	3.469.923,60	3.467.418,24	2.505,36	0,1%
03/2020	00095-00000420/2020-81		D	Guará Estrutural	Ampla concorrência	TRANSFER LOGISTICA - EIRELI	34.473.859,20	33.345.069,12	1.128.790,08	3,3%
					Cota reservada	VIAÇÃO BRASILIA LTDA	3.344.478,72	3.344.478,72	0,00	0,0%
04/2020	00095-00000424/2020-60		H	Taguatinga	Ampla concorrência	POLLO VIAGENS E TRANSPORTE LTDA	18.445.093,28	18.143.900,00	301.193,28	1,8%
					Cota reservada	G.P SILVA TRANSPORTE EIRELI	2.562.375,55	2.562.375,55	0,00	0,0%
05/2020	00095-00000422/2020-71		N	Samambaia	Ampla concorrência	G.P SILVA TRANSPORTE EIRELI	4.592.570,40	4.325.983,20	266.587,20	5,8%
					Cota reservada	TRANSMONICI TRANSPORTE E TURISMO LTDA	540.745,92	540.745,92	0,00	0,0%
06/2020	00095-00000423/2020-15	00600-00003811/2020-46-e	F	Sobradinho	Ampla concorrência	POLLO VIAGENS E TRANSPORTE LTDA	28.776.442,48	27.858.267,36	918.175,10	3,2%
					Cota reservada	TRANSMONICI TRANSPORTE E TURISMO LTDA	3.477.086,98	3.446.496,77	30.590,21	0,9%
07/2020	00095-00000417/2020-68		I	Brazlândia	Ampla concorrência	FCB - TRANSPORTE LOGISTICA E SERVICOS GERAIS LTDA	20.959.229,28	20.937.776,64	21.452,64	0,1%
					Cota reservada	ESSENCIA SERVICOS EM LOGISTICA EMPRESARIAL EIRELI	3.118.980,48	2.835.159,36	283.821,12	9,1%
08/2020	00095-00000467/2020-45		K	Recanto das Emas	Ampla concorrência	G.P SILVA TRANSPORTE EIRELI	9.794.146,56	9.382.243,20	411.903,36	4,2%
					Cota reservada	TRANSMONICI TRANSPORTE E TURISMO LTDA	2.595.595,20	2.294.252,92	301.342,28	11,6%
09/2020	00095-00000421/2020-26	00600-00003972/2020-30-e (apensado ao Processo)	A	Piano Piloto Cruzeiro	Ampla concorrência	TRANSFER LOGISTICA - EIRELI	25.537.537,82	24.732.531,65	805.006,17	3,2%
					Cota reservada	TRANSMONICI TRANSPORTE E TURISMO LTDA	5.773.235,20	5.218.414,08	554.821,12	9,6%
11/2020	00095-00000480/2020-02		E	Planaltina	Ampla concorrência	COOPERATIVA DOS CAMINHONHEIROS AUTONOMOS DE CARGAS E PA	48.671.296,00	34.998.125,16	13.673.170,82	28,1%
					Cota reservada	NATURAL LOGISTICA EM TRANSPORTE EIRELI	4.164.985,97	4.156.762,90	8.223,07	0,2%
12/2020	00095-00000753/2020-19	00600-00005315/2020-27-e	M	Santa Maria	Ampla concorrência	G.P SILVA TRANSPORTE EIRELI	2.605.442,40	2.146.573,44	458.868,96	17,6%
					Cota reservada	IZABELY TRANSPORTES E COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	532.160,64	504.614,88	27.545,76	5,2%
13/2020	00095-00000468/2020-90		L	Gama	Ampla concorrência	OLIVEIRA TRANSPORTES E TURISMO LTDA	14.466.787,30	11.991.845,42	2.474.941,88	17,1%
					Cota reservada	G.P SILVA TRANSPORTE EIRELI	1.609.985,20	1.510.388,49	99.596,71	6,2%
							264.612.191,76	241.315.317,84	23.296.873,92	8,8%

Ciente do sucesso do desenrolar dos certames, tenho por adequada a sugestão do corpo instrutivo de autorizar o retorno dos autos à Sespe/TCDF, para fins de **arquivamento**, sem prejuízo de futuras averiguações.

Ante o exposto, em harmonia com a área instrutiva, com os acréscimos que faço, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

I. tome conhecimento:

- a) dos Ofícios n.ºs 86/2021-TCB/PRES (e-DOC C025FDB3-c) e 32/2021 – TCB/PRES (e-DOC 337BC013-c), no que toca aos PEs n.ºs 03/2020 a 09/2020 – TCB;

¹⁵ No dia 16.03.2020.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00003811/2020e

- b) da Informação n.º 43/2021 – DIFLI (e-DOC DE26F8A6-e);
 - c) do Parecer n.º 166/2021-G2P (e-DOC AC843373-e);
- II. considere:
- a) com relação à Decisão n.º 5.330/2020:
 - 1. atendida a determinação prevista no item “III-a”;
 - 2. não atendida a diligência elencada no item “III-b”, tendo por desnecessária sua reiteração, uma vez que os editais (e anexos) e suas respectivas planilhas estão disponíveis no portal eletrônico da TCB;
 - b) com relação à Decisão n.º 01/2021:
 - 1. cumprida a diligência constante do item II;
 - 2. não cumprida a determinação contida no item III, relevando, excepcionalmente, o seu descumprimento;
 - c) no mérito, parcialmente procedente as alegações contidas na Representação apresentada pela Associação das Empresas de Transporte Escolar de Brasília – ASSETEB, deixando, porém, de adotar qualquer medida, por entender satisfatórias as providências adotadas pela TCB em relação aos pregões eletrônicos em referência;
- III. dê ciência da decisão que vier a ser proferida à Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília – TCB e ao representante;
- IV. autorize:
- a) a juntada de cópia da decisão que vier a ser proferida aos Processos n.ºs 00600-00003404/2020-39-e, que versa sobre o PE n.º 02/2020 – TCB, e 00600-00005315/2020-27-e, que trata dos PEs n.ºs 11/2020 a 13/2020 – TCB, para adoção das medidas cabíveis;
 - b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização Especializada – Sespe/TCDF, para fins de arquivamento, sem prejuízo de futuras averiguações.

Sala das Sessões, 24 de março de 2021

INÁCIO MAGALHÃES FILHO
Conselheiro-Relator